

Reconhecer para libertar
Os caminhos do cosmopolitismo
multicultural

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R248 Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural / Boaventura de Sousa Santos, organizador. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
. – (Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos; v.3)

ISBN 85-200-0617-5

1. Globalização – Aspectos sociais. 2. Multiculturalismo. 3. Movimentos sociais. 4. Mudança social. I. Santos, Boaventura de Sousa, 1940- . II. Série.

02-2119 CDD – 303.482
CDU – 316.42

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2003

Sumário

PREFÁCIO 13

Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade 25

Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes

1. A POSSIBILIDADE DE MULTICULTURALISMOS EMANCIPATÓRIOS 26

1.1. MULTICULTURALISMO: UM CONCEITO CONTESTADO 26

1.2. MULTICULTURALISMO E EMANCIPAÇÃO 34

2. OS ESTUDOS DE CASO 44

3. CINCO TESES SOBRE MULTICULTURALISMOS EMANCIPATÓRIOS E ESCALAS DE LUTA CONTRA A DOMINAÇÃO 59

DIREITOS COLETIVOS E SOCIEDADES MULTICULTURAIS 69

CAPÍTULO 1

Multiculturalismo e direitos coletivos 71

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

INTRODUÇÃO 73

1. FORMAÇÃO DOS ESTADOS NA AMÉRICA LATINA 74

2. A FALACIOSA POLÍTICA INTEGRACIONISTA 77

3. OS POVOS INVISÍVEIS 80

3.1. O POVO XETÁ: CRONOLOGIA DE UM GENOCÍDIO 80

3.2. O LONGO CAMINHO GUARANI NA BUSCA DA TERRA SEM MALES 82

3.3. O RENASCER DOS PATAXÓ HĀHĀHĀE 84

- Shongwe, Nomsa (2000), "Women strip naked to show hungry stomach", *Snippets*.
Joanesburgo: Environmental and Development Agency Trust.
- Sitas, Ari (1998), "South Africa in the 1990s: The Logic of Fragmentation and Reconstruction", *Transformation*, 36: 37-50.
- . (1999), "Scrap Nations: The prospects of the poor at the end of the second Christian millenium", comunicação apresentada no lançamento do Jubilee 2000 (África do Sul), University of Durban Westville.
- Southall, Roger; Wood, Geoffrey (1999), "COSATU, the ANC and the Election: Whither the Alliance?", *Transformation*, 38, 68-81.
- Wells, Julia (1980), "Women's resistance to passes in Bloemfontein during the inter-war period", *Africa Perspective*, 15.

CAPÍTULO 7 **Orientação sexual em Portugal:
para uma emancipação¹**

Ana Cristina Santos

¹Não posso deixar de agradecer os importantes comentários de Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes às sucessivas versões deste capítulo. Pelas leituras cuidadosas, disponibilidade demonstrada e os comentários tecidos, quero também agradecer a Fernando Fontes e a Sílvia Ferreira, bem como aos restantes autores de capítulos deste volume, com quem tive o privilégio de trabalhar durante o Simpósio "A reinvenção da emancipação social", realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro de 2000.

Introdução

Em um contexto de hegemonização da ordem neoliberal global, as minorias constituem contrapoderes cujo potencial de resistência e subversão pode efetivamente resultar em uma renegociação das regras do jogo. Neste sentido, o complexo, heterogêneo e muitas vezes difuso movimento lésbico, gay, bissexual e transgênero (LGBT)² coloca importantes desafios ao pensamento sociológico contemporâneo (Stein e Plummer, 1996; Hawkes, 1996; Seidman, 1997). No âmbito de uma reflexão sobre as alternativas de emancipação social, são dois os aspectos centrais do debate em torno do movimento LGBT.

Por um lado, avolumam-se as evidências históricas da opressão que vitimou homens e mulheres homossexuais, bissexuais e transgêneros ao longo de séculos, à mercê da hegemonia heterossexual.³ Desde os tempos do Tribunal da Santa Inquisição até hoje, são conhecidos inúmeros casos de perseguição, tortura e morte com base na orientação sexual, o que ainda é legalmente permitido em muitos países.⁴ Mas, mais do que recordar fatos já conhecidos, importa questionar se esta forma de opressão contém necessariamente em si o potencial para a emancipação. Em outras palavras, será a opressão social de um determinado grupo minoritário condição suficiente para que este se torne contra-hegemônico?

²Uma vez que o conceito “homossexual” designa um universo muito restrito e que não corresponde à diversidade de orientações sexuais dentro do movimento, ao longo do capítulo será utilizada a sigla LGBT para designar “lésbica/gay/bissexual/transgênero”.

³Entre outros, Adrienne Rich (1993) tem escrito sobre aquilo que ela chama de “heterossexualidade compulsiva”.

⁴Mott (1987) descreve os processos da Inquisição em Portugal e no Brasil contra os sodomitas. Ver também Richards (1990). Uma análise contemporânea sobre tortura e morte em função da orientação sexual está detalhada em Anistia Internacional (1997) e Rosenbloom (1996).

Por outro lado, a partir dos anos 80 a chamada “indústria rosa”, tornou-se um negócio visivelmente rentável, permitindo a criação e desenvolvimento de produtos culturais específicos, de uma imprensa própria, de bares, discotecas, saunas, hotéis, *sex-shops* etc., bem como a ampliação do circuito turístico gay internacional. Além dos processos de globalização permitirem a expansão deste mercado especificamente gay, verifica-se uma maior disponibilidade para consumir produtos “rosa” por parte dos homens homossexuais. Essa capacidade decorre de fatores como um *status* socioeconômico alegadamente mais elevado, por um lado, ou, por outro, as campanhas publicitárias especificamente orientadas para o consumidor gay que começam a dar os seus frutos. Por fim, a crescente visibilidade pública da homossexualidade, patente, por exemplo, nas freqüentes participações em debates e manifestações, espelha os benefícios de que o movimento LGBT usufruiu por ter apostado na sua globalização, obtida sobretudo pelo aproveitamento dos meios de informação eletrônica (internet) e a crescente mobilidade geográfica (viagens turísticas).

O presente capítulo divide-se em quatro seções. Começarei por uma reflexão de caráter teórico em torno dos conceitos de igualdade e diferença, levando a uma problematização das condições e possibilidades gerais que o capitalismo permite à luta pela emancipação sexual. Seguir-se-á uma análise das especificidades da sociedade portuguesa contemporânea, considerando questões como a situação de semiperiferia, a fraqueza da sociedade civil e o domínio da moral judaico-cristã. Depois, passarei a uma reflexão mais empírica sobre as estratégias, alianças e objetivos político-sociais das associações LGBT portuguesas, enquadrando-as no processo de globalização do movimento LGBT em nível internacional. Para tal, serão considerados documentos, literatura interna e outros estudos teórico-empíricos realizados sobre a matéria, privilegiando-se ainda a observação direta de eventos públicos recentes organizados pelo próprio movimento, especialmente a Marcha do Orgulho Gay (junho de 2000), o Arraial Pride (1999 e 2000) e o Festival de Cinema Gay e Lésbico (1999 e 2000). Por fim, com base no envolvimento do movimento LGBT português noutras lutas pelo direito à diferença e à não discriminação, procurarei avaliar o potencial contra-hegemônico da luta pela emancipação sexual.

1. CONSTRUINDO A IGUALDADE E A DIFERENÇA

Os sistemas de desigualdade e exclusão em que nos enredamos quotidianamente resultam de complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças que implicam a rejeição, a marginalização ou o silenciamento de tudo o que se lhes oponha. Este é um processo histórico de hierarquização, segundo o qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita, definindo uma fronteira além da qual tudo é transgressão. É com estas regras que todos os grupos atingidos pelo interdito social — os loucos, os criminosos, os ciganos, os homossexuais etc. — são empurrados para a margem da heterotopia (Santos, 1999). Quando falamos de igualdade e diferença, estamos necessariamente condicionados por um contexto que não é, pois, neutro.

Falar do direito à diferença nunca é o mesmo que reivindicar direitos iguais para todos. O direito à diferença exige a especificidade sem desvalorização, a alternativa sem culpabilização, a aplicação rigorosa de um imperativo categórico assim enunciado por Boaventura de Sousa Santos: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1999: 45). Na esteira dessa reflexão, proponho o conceito de universalismo útil para designar uma política em que a difusão dos princípios universais da não-discriminação se articula com a manutenção de recursos identitários constitutivos de subculturas valorizadas pelos sujeitos envolvidos. Assim se torna possível defender uma aplicação generalista das leis e, simultaneamente, uma proteção jurídica dirigida a um grupo tendencialmente excluído. Essa parece ter sido a dupla preocupação do Estado português quando, a 15 de março de 2001, foram aprovadas no Parlamento leis visando a economia comum e as uniões de fato independentemente do sexo.⁵

⁵A Lei 7/2001, de 11 de maio, adota medidas de proteção jurídica das uniões de fato, garantindo o direito à proteção da casa de morada de família, ao benefício do regime jurídico de férias, faltas, feriados, licenças equiparado ao dos cônjuges, preferência na colocação dos funcionários da Administração Pública, ao regime do imposto de renda nas mesmas condições dos sujeitos casados, à proteção em caso de morte do beneficiário pela aplicação do regime geral de segurança social, à prestação por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional e à pensão por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país. Por seu turno, a Lei 6/2001, também de 11 de maio, protege “pessoas que vivam em economia comum há mais de dois anos” e não constitui fator impeditivo da sua aplicação a coabitação em união de fato. A diferença essencial em relação à lei das uniões de fato é não mencionar especificamente que se aplica independentemente do sexo dos sujeitos e não conceder quaisquer pensões.

A aprovação de ambos os instrumentos torna clara a necessidade de discriminar positivamente os cidadãos homossexuais. Na verdade, nada impediria que um casal homossexual se beneficiasse da proteção jurídica prevista na lei da economia comum. Todavia, a lei sobre a economia comum foi considerada insuficiente pelas associações LGBT nacionais, uma vez que destituía a relação familiar LGBT do seu componente afetivo, reduzindo-a a uma vertente meramente econômica.⁶ É por esta razão que, durante a manifestação de rua realizada no dia 6 de fevereiro de 2000 em frente à 6ª Conservatória do Registo Civil, em Lisboa, diversos casais de lésbicas e gays trocaram beijos enquanto empunhavam cartazes nos quais se lia: “Isto não é uma economia comum!”. A lei sobre as uniões de fato, ao reconhecer claramente a sua aplicação, no art. 1º, a “duas pessoas, independentemente do sexo”, visa, assim, evitar qualquer interpretação mais excludente da proteção em causa.

Conclui-se, pois, que o caminho para uma sociedade mais incluyente para todos passa por etapas em que não é útil nem justo promover um universalismo essencialista que não considera as especificidades dos contextos. O universalismo útil deve conduzir a políticas para a igualdade, evitando, contudo, quaisquer medidas homogeneizantes. Quem pode homogeneizar é sempre quem está no topo da pirâmide do poder. É devido a este risco de homogeneização que alguns ativistas LGBT têm feito fortes críticas ao discurso em defesa da igualdade, argumentando que os “direitos iguais” visam, em última instância, anular a diversidade no seio do próprio movimento LGBT. De fato, o reconhecimento de direitos aos casais LGBT pode ser interpretado como um incentivo ou uma recompensa concedida a um modelo único de comportamento sexual, desta feita muito próximo dos modelos heterossexuais mais convencionais, isto é, uma relação estável e monogâmica⁷ (Tatchell, 2001).

⁶A este propósito, Sérgio Vitorino, presidente do Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), afirmou que as “relações entre homossexuais ultrapassam o domínio do económico e financeiro”, defendendo que as uniões de fato “pressupõem um enquadramento familiar que a economia comum não confere” (revista *Korpus*, 14).

⁷É importante lembrar que tal modelo heterossexual convencional é um produto cultural habilmente construído de forma a servir os interesses económicos do sistema capitalista. Como recordam Greenberg e Bystrin, “[a] ideologia da família decorrente [do sistema capitalista] exigia monogamia, ligava intrinsecamente o amor à procriação, afirmava a inocência sexual da criança até uma adolescência bem adiantada e abraçava uma forte divisão sexual do trabalho” (1996: 88).

A reflexão contemporânea sobre igualdade e diferença não pode deixar de ser enquadrada no quadro do neoliberalismo, onde estes pólos se entrecruzam, aproximam e divergem, constituindo redes complexas e dinâmicas, nem sempre simples de deslindar. A relação entre o movimento LGBT português e o sistema capitalista é permeada por contradições que decorrem dessa complexidade e da necessidade de maximizar os recursos disponíveis para grupos que, lutando pela igualdade de direitos, acenam com a bandeira do orgulho na diferença. Segue-se uma análise necessariamente breve sobre as condições que o atual sistema impõe à luta pela emancipação sexual, na tentativa de perceber se esta pode ou não ter pleno êxito no contexto de uma sociedade capitalista.

1.1. (Des)igualdades no quadro capitalista

Como é facilmente aceito, em situações de miséria material extrema em que os sujeitos se debatem com um esforço constante pela sua própria sobrevivência resta pouco espaço (forças?) para lutar por outras causas aparentemente menos cruciais. Quando as condições objetivas de existência dos sujeitos melhoram, o espectro de reivindicações sociais aumenta, uma vez que se tornam visíveis outras necessidades, que não de pão, mas, por exemplo, de liberdade de expressão ou de autodeterminação sobre o corpo. É neste sentido que a emergência de um sistema capitalista proporcionou algumas condições essenciais ao surgimento do movimento homossexual. Entre estas, sublinho o salário mensal e a produção de bens de consumo.

Em um artigo frequentemente citado, D’Emilio (1996) argumenta que

foi o desenvolvimento histórico do capitalismo — mais especificamente o seu sistema de trabalho livre —, que permitiu que um grande número de homens e mulheres no final do século XX se autodenominasse gays, se visse como parte de uma comunidade de homens e mulheres semelhantes e se organizasse politicamente com base nessa identidade (1996: 264).

De fato, ao retirar da unidade familiar o seu papel tradicional de produtor econômico, o sistema capitalista converteu utilitariamente a família em um espaço de fortalecimento e restabelecimento das relações de afetividade que permitiriam ao operário fabril manter um elevado desempenho profissional, como o sistema exigia. Inesperado neste processo foi o fato da família nuclear passar a ser, antes de mais nada, um espaço de busca de bem-estar e felicidade, onde se colocam sentimentos acima de obrigações. Abriu-se, assim, o horizonte para novos modelos familiares que transcendem os tradicionais laços de sangue. No dia 24 de março de 2000, a comunicação apresentada pela ILGA-Portugal na Cimeira Alternativa definiu o significado de família para esta associação LGBT:

Como unidos de fato que muitas vezes também somos, somos também a favor da família, entendida como local privilegiado de afetos, e não como um negócio jurídico. Para nós a família é a velha família que herdamos — e que em muitos casos está em crise grave — mas são também as novas famílias de casais do mesmo sexo, mães solteiras, mães lésbicas, pais solteiros, viúvos, gays, bissexuais, transexuais, famílias de filhos adotados, de filhos inseminados, todos os que sentem em família, no lar onde são criados, cuidados, tratados e amados (Rodrigues, 2000).

Esta transformação afetou a própria família heterossexual. O número de filhos por casal, por exemplo, diminuiu drasticamente, uma vez que as crianças, deixando de ser necessárias para a economia doméstica como mão-de-obra, passaram a ser desejadas por razões afetivas.

O desenvolvimento dos mercados representa também uma maior circulação de pessoas e bens, o que fomenta a troca de informações e experiências que, de outra forma, permaneceriam desconhecidas. É neste sentido que Antônio Serzedelo, presidente da Opus Gay, argumenta que a aposta política no crescimento econômico

trouxe para Portugal as importantes estradas, as importantes pontes, que trazem ou não levam coisa nenhuma, mas isso é outra questão, e que trouxeram também por essas estradas muitas idéias européias caras às burguesias urba-

nas. E, como efeito secundário certamente não previsto, vieram também com isso, nos aviões, nos ônibus, nas ferrovias, estas idéias liberalizantes que são consequência da liberalização do capital. É uma consequência contraditória do capitalismo. Por um lado, obriga as pessoas a aceitarem as sexualidades de cada um; por outro lado, ao próprio capital não interessa que haja homossexuais, porque parte do princípio de que precisa de mão-de-obra, e portanto os homossexuais não seriam criadores de mão-de-obra porque não podiam ter filhos (Santos e Fontes, 1999).

E, de fato, a década de 90 testemunhou o nascimento de um mercado LGBT português, constituído sobretudo por espaços de diversão noturna, especialmente bares e discotecas, mas também saunas, uma agência imobiliária, um hotel, uma agência de viagens, uma livraria e a revista *Korpus*⁸, além dos diversos serviços disponibilizados pelas próprias associações. Portanto, parece já haver a percepção de que os homossexuais são também consumidores, cujo poder de compra constitui um importante fator de atração comercial, embora em Portugal a expressão deste mercado ainda se afaste das indústrias “rosa” de países como os Estados Unidos, o Reino Unido ou mesmo a Espanha. Não obstante, o desenvolvimento do poder socioeconômico deste grupo tem fortalecido a sua capacidade de negociar direitos sociais e políticos, bem como um crescimento na visibilidade pública da homossexualidade. Como diz Santos, “muitos dos grupos sociais ‘diferentes’, minorias étnicas e outros, começaram a ter recursos organizativos suficientemente importantes para colocar na agenda política as suas necessidades e aspirações específicas” (1999: 23).

No outro lado desta moeda, a ideologia capitalista surge como gênese da opressão sexual, aspecto sobre o qual me debruçarei nas próximas linhas. Alguns estudos identificam a família nuclear burguesa — definida como institucionalização econômica das relações pessoais no contexto do sistema

⁸Nascida em 1996 e sendo a única publicação periódica exclusivamente gay, a *Korpus* apresenta uma cobertura dos eventos gays nacionais, entrevistas com as principais figuras do movimento homossexual português, artigos de opinião e divulgação de conteúdo gay. Conta atualmente com cerca de duzentos assinantes.

capitalista — como o principal fator de justificativa para a homofobia.⁹ Esta opressão remonta ao período de implementação do modelo familiar burguês, quando é incorporada a “sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” de que nos fala Foucault (1994: 41). É com este modelo familiar que se introduz a divisão sexual do trabalho segundo a qual a mulher funcionava como uma garantia da estabilidade doméstica, cuidando das roupas, da alimentação, da limpeza e das crianças. Este papel, embora servisse plenamente aos propósitos do sistema econômico, não tinha tradução direta no reconhecimento social a ela atribuído, remetendo a mulher para a realização de tarefas rotineiras consideradas pouco relevantes. Embora a partir da revolução industrial o mercado de trabalho tenha, progressivamente, absorvido mão-de-obra feminina, o papel tradicional da mulher no lar não se alterou radicalmente (Ferreira, 1981). Na verdade, a ideologia capitalista construiu e disseminou fortes dicotomias sexuais que atribuem a homens e mulheres papéis diferentes e freqüentemente opostos.¹⁰ A homofobia é uma das faces desta ideologia patriarcal, uma vez que sujeitos, sejam eles homens ou mulheres, que se consideram iguais e lutam com ações e discursos idênticos pelo direito à diferença, constituem uma verdadeira ameaça a um sistema construído com base em divisões dicotômicas em função também do sexo. Em outras palavras, a burguesia,

aterrorizada pelo espectro comunista da igualdade entre homens e mulheres, classifica a igualdade sexual como não-natural. A homossexualidade é também classificada como não-natural e, como tal, uma ameaça ao domínio burguês, precisamente porque rejeita a “natural” sociedade burguesa refletida na “natural” relação burguês/proletário da família nuclear (LARG, 1996: 350).

⁹Ver, entre outros, LARG, 1996. Greenberg e Bystrin (1996) identificam cinco fatores que relacionam o advento da ordem capitalista com a estigmatização da homossexualidade: a) intensificação da competitividade no trabalho; b) desenvolvimento de uma ética de autoconsciência contrária à expressão da sexualidade; c) maior divisão sexual do trabalho; d) fortalecimento da ideologia protetora da família; e e) interpretação do desvio pela medicina.

¹⁰Ver, entre outros, Joaquim (1998) e Müller (1998). Sobre a construção social da diferença entre mulheres e homens na política, ver Osório (2002).

Ainda nos nossos dias há trabalhadores homossexuais que são despedidos ou têm sua carreira profissional prejudicada — o que é chamado na gíria de “ficar na prateleira” — por motivos que, longe da esperada avaliação de desempenho, se prendem claramente à orientação sexual inferida ou assumida.¹¹ O conhecimento desse tipo de discriminação que atinge trabalhadores LGBT levou à aprovação de uma moção de apoio às reivindicações do Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis no 6º Congresso Nacional da Central Única de Trabalhadores, realizado em São Paulo, no Brasil, em agosto de 1997:

O 6º Concut resolve: (...) combater a homofobia dentro dos sindicatos e locais de trabalho, desenvolvendo uma política que vise a supressão da discriminação contra gays, lésbicas e travestis trabalhadores nas organizações sindicais, e na sociedade em geral, em comum acordo com as entidades que já lutam contra esse preconceito (CUT, 1997: 61).

Fora do âmbito do trabalho, cada vez que é rejeitada a custódia de um filho a um pai ou a uma mãe homossexual, que um casal de lésbicas evita manifestações públicas de carinho ou que um gay é espancado por não ser heterossexual, estamos perante uma subjugação da diferença à hegemonia heterossexual, o que também serve aos interesses econômicos dominantes. O fato de esta opressão ser exercida em função da sexualidade, como também acontece em função de raça, classe ou sexo, revela quão poderosas são as armas do capitalismo para destituir os sujeitos do poder de resistir, remetendo-os ao isolamento e à invisibilidade pelos motivos mais diversos.

Além dessas formas mais diretas de exclusão por homofobia, o alegadamente superior poder econômico dos homossexuais não é condição suficiente para a sua emancipação. Em mensagem difundida via e-mail em agosto de 2000, a organização australiana Queers United to Eradicate Economic

¹¹Em reportagem realizada em 1998 sobre a homossexualidade em Portugal, podiam ser lidos exemplos de situações concretas: “Como a de Rui Martins, 35 anos, publicitário, que sustenta que foi por suspeitarem da sua preferência sexual que, no banco lisboeta onde trabalhou durante cinco anos como caixa, nunca o promoveram.” Revista *Visão*, 24-30/09/1998, 73.

Rationalism (Queers) alertava para a falsa aceitação de que os homossexuais aparentemente estariam a beneficiar pelo fato do poder econômico considerá-los um bom nicho de mercado. Na referida mensagem, o grupo rejeitava essa pretensa aceitação, argumentando que “o nosso lugar de direito na sociedade não deve ser comprado. A libertação não virá do consumo” (Queers, 2000). Esta atitude de rejeição de um estilo de vida LGBT caracterizado por uma elevada capacidade de consumo está na base da realização do “Queeruption”, uma celebração de orgulho gay alternativa, ostensivamente pouco comercial e fortemente politizada, planejada para Londres e São Francisco, visando combater a imagem de uma identidade gay que parece “ter menos a ver com a orientação sexual e mais com a marca da cerveja que você bebe, o carro que dirige ou como decora sua casa” (Fox, 2001).

O bairro madrileno de Chueca é outro exemplo. Embora seja um espaço aparentemente receptivo à comunidade LGBT, onde o comércio e a indústria se desenvolveram tendo em vista o consumidor gay¹², a verdade é que Chueca não é mais do que um gueto comercial, em torno do qual se desenvolveu um determinado estilo de vida LGBT, isto é, uma comunidade com poder de compra, que cuida do corpo e que se dilui, sem muitas inquietações de cunho identitário, no seio de uma sociedade que continua a ser patriarcal e heterossexista. Uma vez mais, o consumo não implicou uma efetiva inclusão cidadã, mas somente a apropriação de um bairro circunscrito. Um dos maiores riscos do “consumo rosa” é a subversão dos objetivos emancipatórios das associações LGBT, como aponta Eugeni Rodriguez (2000), da Frente Gay de Libertação da Catalunha:

A construção desta rede passa por ridicularizar, marginalizar e criminalizar o movimento de libertação gay. (...) A união de empresários gays com políticos, desejosos por normalizar a homossexualidade, é a base deste *lobby*. Os direitos dos gays já não passam pelo confronto, mas por se encaixarem na sociedade de consumo, limitando a ação a certos bairros e certos horários.

¹²Recentemente, eram visíveis nas ruas de Chueca cartazes com a frase “Afirma-te, consome Gay!”.

Em Portugal, Sérgio Vitorino (2000) tem alertado para o perigo de se confundir o papel das associações, como rede de apoio e integração dos jovens LGBT, com o papel desempenhado pelos estabelecimentos comerciais, voltados sobretudo para a diversão, o consumo e a maximização do lucro.¹³ Uma diferença óbvia entre ambos é o fato de um homossexual pobre, habitando em meio rural, aterrorizado pela possibilidade da sua orientação sexual ser denunciada socialmente, apresentar muitas diferenças em relação a outro homossexual cuja capacidade econômica permite integrar circuitos de turismo gay, participar de festas privadas ou ir assiduamente a saunas e bares noturnos na capital.

2. CONDIÇÕES E ESPECIFICIDADES JURÍDICAS, SOCIAIS E RELIGIOSAS DO PAÍS

Para entender a emergência do movimento LGBT português, é necessário enquadrá-lo em seu contexto espaço-temporal, cujas especificidades decorrem também da posição semiperiférica que o país ocupa no sistema mundial. Com efeito, a sociedade portuguesa apresenta características que a aproximam dos países centrais, paralelamente a outras que a equiparam aos países periféricos.¹⁴ A crescente aproximação do país ao resto da Europa, que culminou com a adesão à União Européia em 1986, conduziu ao esforço de equiparar o aparelho jurídico nacional às constituições e códigos legais de outros países europeus.

Oito anos após a revolução democrática de 1974, e na esteira desta lógica de aproximação à Europa central, houve uma reforma do Código Penal português em 1982. Afirmando o princípio de que a tarefa do direito penal é a proteção da liberdade de determinação e a autenticidade da expressão sexual das pessoas, e não a tutela da moralidade sexual, o novo Código Penal deixa de criminalizar as condutas sexuais livremente praticadas por adul-

¹³Na mesma linha, Quiroga afirma: “Os consumidores do sexo capitalista tornam-se membros isolados de uma categoria tribal cuja sexualidade é comercializada nas saunas, onde o simulacro do sexo exerce uma alienação” (1997: 147).

¹⁴Tal ambigüidade faz com que a sociedade portuguesa possa ser entendida como entidade social anômala (Santos, 1992: 105).

tos, na privacidade. Estão incluídos neste caso, entre outros, o adultério, o incesto, a prostituição ou a homossexualidade — que figuravam nos códigos anteriores (inclusive no projeto reformador de 1966) como “crimes contra a honestidade” ou “crimes contra os costumes”. Só os “crimes sexuais” são agora puníveis: a violação, o estupro, o ultraje público ao pudor e o atentado ao pudor de menores. E, por esta razão, o novo código passa a punir a homossexualidade apenas nos casos que envolvem menores de 16 anos (Artigo 207º). Com as alterações introduzidas no Código Penal em 1995, as relações homossexuais com um/a adolescente entre 14 e 16 anos continuam a ser punidas, ao que se contrapõem as relações heterossexuais nas mesmas circunstâncias, em que o legislador admite a possibilidade de o/a menor com idade superior a 14 anos dar o seu consentimento informado (artigos 174º e 175º).

Uma das especificidades de Portugal é a freqüente inconsistência entre a lei formal e a sua efetiva aplicação. Essa realidade afeta também o modo como a sexualidade é vivida, permitindo a manutenção de atitudes e comportamentos pouco coerentes quando confrontados com a progressividade legal que se procura afirmar. Tal descompasso pode operar por diversas formas: um excessivo intervalo temporal entre a aprovação da lei e a sua regulamentação; a não aplicação ou a aplicação seletiva da lei; ou a utilização instrumental da lei (Santos, 1992: 135 e ss.).¹⁵

Desde o último quarto do século XX, a sociedade civil portuguesa tem conquistado espaço no campo da reivindicação, sendo palco de emergência e ação dos diversos movimentos sociais, o mais recente dos quais é o movimento LGBT. Todavia, quase meio século de ditadura e a permanência de um forte poder ideológico alimentado pela moral católica (analisada adiante), resultou em um visível déficit de intervenção no espaço público, patente na fraqueza dos movimentos sociais existentes.¹⁶ Ao contrário do que acon-

teceu em muitos países centrais, Portugal não teve nenhum movimento social forte, embora existam associações ativas em matéria de direitos das mulheres, combate ao racismo ou, mais recentemente, proteção ambiental. Se relacionarmos o déficit de intervenção da sociedade civil portuguesa com as características da sua base social de apoio, constata-se que “a fragilidade dos movimentos de contestação se deve ao reduzido peso das novas classes médias e, conseqüentemente, ao fato de as populações (rurais) apenas se mobilizarem quando os seus interesses materiais e imediatos estão ameaçados” (Rodrigues, 1995: 7).¹⁷

A fraqueza da participação cívica é contrabalançada por momentos de forte ativismo e mobilização de determinados setores da população em torno de questões que afetam e/ou ameaçam diretamente o quotidiano das pessoas. Foi assim que, em 1998, o país assistiu à súbita eclosão de grupos de cidadãos, organizados no espaço de dois meses para fazer campanha no período que antecedeu o referendo sobre a despenalização do aborto.¹⁸ Em um país onde as questões das políticas sexuais e dos direitos reprodutivos não têm uma tradição aprofundada, assistiu-se a um aceso debate público sobre sexualidade, no qual, além dos especialistas, o cidadão comum desempenhou um papel ativo. Tal participação em tempo de campanha não teve, apesar de tudo, tradução direta no grau de participação no referendo, cuja votação ficou em torno de 31,94%.

A (não) participação cívica dos portugueses em debates ou movimentações em torno de questões sociais é em grande parte influenciada pela posição que a Igreja Católica assume em relação aos diversos temas em causa. Na verdade, o clero português tem demonstrado um forte poder de intervenção social, quer de bloqueio, quer de mobilização, determinando em muitos casos o rumo tomado pelas decisões políticas. Dado o papel central desempenhado pela religião em Portugal, particularmente

¹⁵Para um fenómeno do mesmo tipo no contexto colombiano, ver Villegas e Uprimny (2002).

¹⁶Como afirma Rodrigues, “sendo o conflito e a insatisfação inerentes a toda a sociedade, a formação dos movimentos sociais não depende deste tipo de fatores, mas sobretudo dos recursos materiais e humanos indispensáveis para canalizar o descontentamento e a busca de objetivos coletivos” (1995: 3-4).

¹⁷Em contextos diferentes, outros fatores explicam a ausência de uma forte tradição de movimentos sociais. Na Colômbia, por exemplo, a violência desempenha um papel central. Ver Villegas e Uprimny (2002).

¹⁸No dia 14 de maio de 1998 terminou o prazo para os grupos de cidadãos se inscreverem na Comissão Nacional de Eleições, a fim de obterem tempo de TV durante a campanha. Inscreveram-se oito grupos: três a favor da despenalização e cinco contra.

incisiva em matéria de sexualidade, é sobre ela que me debruçarei em seguida.

2.1. O catolicismo português

A sociedade portuguesa é profundamente marcada por uma forte influência moral judaico-cristã¹⁹, reforçada pelas freqüentes intervenções da Igreja Católica em matéria de sexualidade. De fato, a Igreja Católica portuguesa há muito se habituou a definir as fronteiras entre o socialmente desejável e o moralmente condenável, e é entre estes dois pólos que se disputa o jogo da emancipação sexual. Como veremos, a moral religiosa dominante bloqueia tanto a emancipação da mulher (reprovando sistematicamente o uso de contraceptivos, a interrupção voluntária de gravidez ou o direito ao sacerdócio), quanto o reconhecimento dos direitos LGBT (manifestando-se publicamente contra as uniões de fato entre homossexuais, entre outros exemplos).

No que diz respeito à contracepção, em março de 1996, um anúncio televisivo elaborado por uma organização não governamental (ONG) de luta contra a Aids mostrava um padre entregando um preservativo a um jovem casal no pátio da Igreja. A Igreja Católica reagiu violentamente, considerando o anúncio um disparate de mau gosto.²⁰

Em 1998, a propósito do anteriormente mencionado referendo sobre a despenalização do aborto, o clero teve uma clara influência sobre os resultados obtidos. No dia 3 de fevereiro de 1998, como resultado de uma reunião da Conferência Episcopal Portuguesa, foi publicada uma carta pastoral afirmando que, “em caso de referendo, ‘os católicos e demais cidadãos não podem alhear-se, sendo seu dever pronunciar-se a favor da vida’”.²¹ Na semana que antecedeu o referendo, a catedral de Braga, no Norte, expôs dois carta-

¹⁹Em 1993, um estudo coordenado por Luís de França dava conta de uma supremacia evidente do catolicismo em face das restantes denominações religiosas: entre os entrevistados que afirmaram ter uma religião (72%), 97% identificavam-se como católicos. O perfil do cidadão português mais religioso corresponde a uma mulher (65%), residente em meio rural (80%) e idosa (53%) (França, 1993: 139).

²⁰Cf. jornal *Expresso*, 30/03/96.

²¹Jornal *Público*, 21 fevereiro 1998.

zes com o seguinte apelo: “Com inteligência e em consciência, não ao aborto” (Praça, 1998: 8). Entre muitos outros exemplos, a estratégia da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, em Coimbra, consistiu em acrescentar no seu boletim semanal testemunhos e artigos invariavelmente contrários à despenalização.²²

Esses exemplos descritos — baseados na posição pública da Igreja Católica quanto aos temas da contracepção e do aborto — ilustram uma atitude de manifesto conservadorismo em matéria de sexualidade, bem como uma tentativa de manutenção de um forte poder de controle moral. É esse poder que a Igreja Católica também procura exercer em relação à orientação sexual. Daí que as suas intervenções públicas em matéria de orientação sexual sejam registradas sobretudo em momentos de decisão política a respeito dos direitos LGBT no país. No contexto mexicano, a propósito do poder de controle da Igreja católica quanto à orientação sexual, Mejía afirma:

Com a sua perspectiva medieval sobre a homossexualidade, a Igreja foi o verdadeiro autor moral de um ambiente opressivo num passado não muito distante (...) e dos preconceitos anti-gay. (...) As regras escritas e não escritas do Estado visando salvaguardar a moral e a decência pública mexicanas foram copiadas dos ensinamentos da Igreja (2000: 53).

²²Paralelamente a todas estas manifestações, ora diretas, ora sutis, de autoridade religiosa em matéria legislativa, a imprensa nacional dava conta de afirmações contraditórias por parte de altos membros do clero português. Assim, em abril de 1998, D. Januário Torgal Ferreira, secretário da CEP, sustentava que não haveria qualquer envolvimento da Igreja Católica na campanha para o referendo sobre o aborto (jornal *Público*, 21/04/1998). Em junho, em entrevista a *Visão*, D. José Policarpo, Patriarca de Lisboa, admitia que “algumas afirmações de bispos, tal como aparecem entre aspas, sendo fiéis ao essencial da doutrina da Igreja, são apresentadas com uma linguagem que eu não usaria” (Boas, 1998: 30). Contudo, as evidências são do oposto, acionando múltiplos mecanismos da Igreja no sentido de induzir ao voto contra a despenalização do aborto. Foi à luz deste potencial de mobilização social da Igreja Católica portuguesa que os analistas políticos e sociais interpretaram os resultados do referendo realizado a 28 de junho de 1998, em que a vitória do “não” evidenciou uma clara divisão de fronteiras entre o país católico e conservador do Norte e o país laico e liberal do Sul (Moreira, 1998; Santos, 2001).

Também em Portugal a intervenção religiosa é responsável pelo bloqueio sistemático dos esforços sociolegais mais progressistas, promovendo conceitos como o pecado e a normalidade, difundindo medos e instigando desaprovação e rejeição. Apenas um exemplo, entre muitos possíveis: em 1994, um jornal nacional deu destaque à manchete da intenção da Juventude Socialista de legalizar as uniões de fato entre homossexuais.²³ Essa notícia suscitou comentários duros e de conteúdo homofóbico por parte do então arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira:

O Estado será em breve a primeira vítima, porque um Estado que não se baseia nas famílias bem constituídas é um Estado frágil. [...] O que fez cair o Império Romano não foram as lanças dos povos bárbaros, mas a desagregação familiar (jornal *Expresso*, 13/06/94).

Algum tempo depois, o mesmo arcebispo voltou a afirmar, no mesmo órgão de imprensa, a sua oposição à legalização das uniões de fato entre homossexuais:

Classificar como família uma união homossexual é um abuso, é um disparate. Não questiono a existência de pessoas que enveredam por esses caminhos e os seus direitos. O problema é que querem chamar família àquilo que não pode ser família de modo nenhum (Rodrigues, 1994: 19).

Em uma carta pastoral intitulada “A Igreja na sociedade democrática”, publicada em 2000, a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) manifestou o seu repúdio à recomendação do Parlamento Europeu aos Estados-Membros da UE, de 16 de março, no sentido de garantir às famílias monoparentais e às uniões de fato direitos idênticos ao casamento. Rejeitando uma equiparação entre os conceitos de “uniões de fato” e “família”, a CEP colocou-se ao lado do Conselho Pontifício para a Família que, no documento “Família, matrimônio e uniões de fato”, datado de novembro de 2000, afirmava que as uniões de fato entre homossexuais “constituem uma

²³O jornal citado é o *Expresso*, de 13/06/94.

deplorável distorção do que deveria ser a comunhão de amor e vida entre um homem e uma mulher, que se empenham ao dom recíproco de si e se abrem à geração da vida”.

No dia 26 de abril de 2001 a Conferência Episcopal Portuguesa tornou público um documento intitulado “Crise da sociedade — Crise de civilização”, em que analisava o reconhecimento legislativo do Parlamento português das uniões de fato para pessoas do mesmo sexo, no mês anterior, acusando o legislador de lesar a “dignidade da família”. Na opinião dos bispos portugueses, a aprovação da lei das uniões de fato revela “intenções de alguns grupos de provocar rupturas estruturais, em relação à tradicional cultura portuguesa, ou mesmo em relação à influência da doutrina da Igreja na sociedade”, para concluir que tal alteração cultural é prenúncio de uma crise da civilização. Contestada por determinados setores político-sociais e louvada por outros, esta posição pública da Igreja católica reafirmou o poder de contestação e intervenção de que ainda dispõe em matéria de controle da moral sexual.

Transpondo esta visão clerical para as crenças e atitudes dos portugueses, verificamos uma grande rejeição da homossexualidade masculina e feminina entre os católicos praticantes. Se, entre os não crentes, a taxa de aceitação das relações sexuais entre gays e entre lésbicas se situa em 22,6% e 24,1% respectivamente, esta percentagem cai para 16,8% e 17,6% entre os católicos não praticantes, e para os 5,5% entre os católicos praticantes e crentes de outras religiões (Pais, 1998: 442). Ora, se considerarmos que 72% dos portugueses se identificam como religiosos e que, entre estes, 97% são católicos (França, 1993), fica evidente a influência incontornável da moral católica dominante nas decisões políticas que afetam diretamente os cidadãos LGBT, bem como no processo de emergência e consolidação do movimento LGBT em Portugal. É, de resto, este o processo abordado na próxima seção.

3. A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT EM PORTUGAL

A conquista da democracia por intermédio da revolução político-militar de abril de 1974 gerou um clima de abertura ideológica aparentemente favorável

vel à aceitação daqueles que o regime silenciara durante quase meio século. Ao longo do período revolucionário, surgem algumas manifestações de mobilização lesbigay no país. Em 1974, quando da comemoração do 1º de Maio, no Porto, aparece um cartaz onde se lê “Liberdade para os homossexuais”. No dia 13 de maio desse mesmo ano o *Diário de Lisboa* publica o manifesto do Movimento de Ação Homossexual Revolucionária (MAHR), intitulado “Liberdade para as minorias sexuais”.²⁴ Seis anos depois, em 25 de outubro de 1980, nasce o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR). Apesar da sua importância como primeiro motor de dinamização coletiva dos homossexuais portugueses, o CHOR acabou desaparecendo dois anos depois. Durante a década de 80, verificam-se ainda dois outros acontecimentos que afetaram diretamente o meio lesbigay português: em primeiro lugar, o ciclo de debates “Ser (Homo)sexual”, realizado em 1982 no Centro Nacional de Cultura, unanimemente considerado o primeiro grande debate público sobre o tema; depois, o I e o II Congresso Nacional de Sexologia, realizados em 1984 e 1987, nos quais o tema da homossexualidade foi abordado em um painel de discussão.

Exceção feita a estas movimentações, a década de 80 acabou ficando aquém das expectativas de muitos em face do que era uma realidade em países como a Grã-Bretanha, a França ou os Estados Unidos.²⁵ Mas se essa década pode ser caracterizada por uma série de pequenos acontecimentos dispersos, com destaque para os debates, os anos 90 foram marcados pela emergência de diferentes associações LGBT em Portugal e pelas ações que estas levaram a cabo. Daí que me pareça oportuno apresentar em seguida as principais associações lesbigays portuguesas, responsáveis pelo trabalho feito ao longo de mais de uma década.

Em 1990, pelas mãos de um grupo de lésbicas, nasceu a revista *Organa*, com o objetivo de debater questões relacionadas à orientação sexual e combater o isolamento sentido pelas lésbicas que viviam longe dos centros urbanos.

Um ano depois, o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH) constituiu-se no seio do Partido Socialista Revolucionário, de forma a “conscientizar a sociedade portuguesa para a repressão e discriminação exercida pela moral sexual dominante” (GTH, 1991). Atualmente com cerca de 30 membros, o GTH organiza sobretudo ações de rua e atos de denúncia de atitudes homofóbicas²⁶, estando diretamente envolvido nas lutas por alterações na legislação visando a proteção jurídica contra a discriminação. Entre estas, destaca-se a exigência da aprovação da lei das uniões de fato entre pessoas do mesmo sexo ou da inclusão da não discriminação com base na orientação sexual no artigo 13º da Constituição da República, que define o princípio da igualdade entre cidadãos.

Em 1993, *Organa* deu lugar a *Lilás*, uma revista quadrimestral de divulgação, informação e defesa dos direitos das lésbicas, que tem progressivamente se assumido como um grupo, promovendo encontros, saraus de poesia, discussões literárias e cinematográficas e reflexão coletiva. Um dos objetivos centrais do Grupo Lilás tem sido levar informação a lésbicas nas áreas rurais do país.

Em 1995, a seção portuguesa da International Lesbian and Gay Association (Ilga-Portugal) iniciou as suas atividades, obtendo reconhecimento oficial em novembro de 1997 com a inauguração do novo Centro Comunitário Gay e Lésbico, em um espaço concedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Com um centro de documentação, um bar e um serviço semanal de atendimento psicológico e jurídico, e freqüentemente promovendo peças de teatro, saraus de poesia ou festas temáticas, a Ilga-Portugal é hoje a maior associação lesbigay portuguesa, tanto em número de sócios (estimados entre 500 e 600), quanto pelo número de iniciativas que tem desenvolvido.

²⁴Este manifesto caracterizava-se por uma forte consciência política identificada com a esquerda revolucionária e apelava à luta conjunta de todos os cidadãos contra a repressão sexual, exigindo simultaneamente a introdução de uma disciplina de educação sexual em todas as escolas e alterações jurídicas no sentido da descriminalização da prática homossexual.

²⁵Recorde-se que os anos 70 surgiram como um período de libertação homossexual para os Estados Unidos, palco de uma crescente diversidade sexual cada vez mais pública e politizada, bem como de uma cultura homoerótica consolidada. Foi durante essa década que a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da sua relação de doenças mentais, o que foi um importante marco na luta contra a discriminação com base na orientação sexual.

²⁶Foi esse o caso das manifestações, em 1996, contra as definições dos termos “homossexualismo” e “lesbianismo” fornecida pelo *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora ou, mais recentemente, contra a inclusão da homossexualidade na Classificação Nacional de Deficiências publicada em *Diário da República* (2ª Série), a 6 de janeiro de 1999.

Em janeiro de 1996, três amigas fundaram o clube Safo. Formalizado no dia 15 de fevereiro de 2002, o Clube tem uma centena de sócias e simpatizantes, responsáveis pela realização de encontros, festas de fim de ano e atividades esportivas e pela organização anual do único acampamento sáfico do país. O Safo edita, desde setembro de 1997, o boletim bimestral *Zona Livre*, um espaço de informação e divulgação de caráter lésbico, que tem ganhado força na luta contra a discriminação.

Em julho de 1996 é criado o PortugalGay.PT com o principal objetivo de construir um espaço LGBT nacional na internet para divulgação de documentos, serviços e iniciativas, contribuindo paralelamente para o combate da discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero. Embora centradas no contexto nacional, as informações disponibilizadas pelo PortugalGay.PT têm tradução em inglês, castelhano, alemão e francês, revelando uma manifesta consciência da crescente globalização do movimento. Sob direção de João Paulo, esta associação foi responsável pelo primeiro *Porto Gay and Lesbians Guide* (mapa da cidade do Porto, no Norte, com indicação dos locais LGBT), em setembro de 2000, pela organização do primeiro Porto Pride — considerado o maior evento LGBT daquela cidade —, em julho de 2001, pela primeira animação LGBT de uma discoteca heterossexual (SoundPlanet, Porto) e ainda pela distribuição gratuita de preservativos em diversos locais LGBT, disponibilizados pela Comissão Nacional de Luta Contra a Sida.

A revista *Korpus*, primeira e até 2001 única publicação periódica gay, nasceu em setembro de 1996 pelas mãos de Isidro Sousa. Cobrindo uma vasta gama de assuntos de interesse LGBT, a *Korpus* conta com cerca de duzentos assinantes, sendo comercializada em postos de venda de Norte a Sul do país.

A Opus Gay surgiu em 1997, atuando na área dos direitos humanos dos LGBT. Com sede em Lisboa desde setembro de 1998, essa associação conta com oitenta sócios, tendo ainda filiais informais no Porto e em Coimbra. Entre as atividades realizadas pela Opus Gay, a de maior destaque foi a primeira comemoração do Dia do Orgulho Gay realizada fora da capital.²⁷

²⁷Este evento aconteceu em 19 de junho de 1999, na discoteca Gente Gira, na cidade do Porto.

Entre outras atividades, a Opus Gay preparou a primeira antologia de literatura homoerótica portuguesa, reunindo textos em prosa ou poesia de autores portugueses, e oferece uma série de serviços para a comunidade LGBT, entre os quais se destacam um “dog&cat sitter”, um serviço de limpeza doméstica, atendimento jurídico, médico e psicológico, consultas de tarô e um clube de filatelia. A Opus Gay edita ainda um boletim mensal, no qual são divulgados contatos úteis, eventos programados, notícias nacionais e estrangeiras, havendo ainda espaço para poemas, sugestões de leitura e mensagens pessoais.

Em maio de 1998 as mulheres da Ilga-Portugal formaram o Grupo de Mulheres (GM). Com reivindicações e um manifesto próprios, o GM tem marcado posição no meio lésbico com a realização de debates, almoços, passeios e outras atividades lúdicas. Em 1999, organizou um Ciclo de Filmes Lésbicos, exibidos aos sábados na sede da Ilga-Portugal, com um público regular quase exclusivamente composto de mulheres. Durante a preparação da terceira edição do Festival de Cinema Gay e Lésbico, o GM teve uma participação especial na seleção e legendagem dos filmes para mulheres exibidos.

Em maio de 2000 surgiu o NÓS, um autodesignado movimento universitário para a liberdade sexual, com origem na Universidade do Porto, que afirma, em comunicado, o objetivo de “confrontar os pontos de vista da tradição hegemônica (heterossexista, homófobas, machista) com todas as outras verdades existentes”. O NÓS organizou a maioria das atividades da 1ª Semana do Orgulho LGBT no Porto, em 2001, especialmente debates, exibição de filmes, sessões de poesia e campanhas de sensibilização junto da população.

Em setembro de 2000, pelas mãos de Simão Mateus, foi criado o Grupo Oeste Gay, cujos principais objetivos são a inclusão de gays da região oeste do país na comunidade LGBT, a organização de sessões de esclarecimento sobre discriminação e homossexualidade e o desenvolvimento de espaços de convívio entre gays.

Finalmente, em novembro de 2001 surgiu em Coimbra a Associação não te privas — grupo de defesa dos direitos sexuais que, sem um caráter exclusivamente LGBT, tem um forte núcleo de trabalho nesta área, de par com a

questão dos direitos das mulheres, defendendo que “os direitos ao corpo, à sexualidade, à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, independentemente da sua orientação sexual, são direitos humanos” (não te privas, 2002).

Na história do movimento LGBT português há dois grandes marcos. O primeiro é 1997, ano da inauguração do Centro Comunitário Gay e Lésbico da seção portuguesa da International Gay and Lesbian Association (Ilga-Portugal). É ainda de 1997 a realização da primeira celebração do orgulho homossexual no país, denominada “Arraial Gay”²⁸ e a primeira edição do Festival de Cinema Gay e Lésbico, ambos em Lisboa. O segundo marco é 2000, ano em que se organizou a 1ª Marcha de Orgulho Homossexual, à qual aderiram cerca de quinhentas pessoas. Foi também nesse ano que, pela primeira vez, o Arraial foi organizado conjuntamente pelas principais associações lesbígays, deixando de ser uma organização exclusiva da Ilga-Portugal, como até então. Além da já habitual leitura do comunicado do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Arraial 2000 começou com discursos, nos quais os dirigentes das associações LGBT envolvidas²⁹ refletiram sobre a importância daquele dia no processo de emancipação sexual, enfatizando a necessidade de levar essa luta ao interior, aos que estão isolados e a toda a sociedade.

3.1. Construindo redes com outros grupos discriminados

Tendo sido o ano de 2000 o momento mais forte da visibilidade pública do movimento LGBT português, qual o seu principal quadro ideológico e quais os aliados que conquistou na sociedade civil? Uma resposta parece ser su-

²⁸Em junho de 1969 um grupo de policiais invadiu o bar nova-iorquino Stonewall-Inn, espancando homossexuais que, pela primeira vez, ofereceram resistência, originando um verdadeiro motim. Foi este acontecimento que acendeu a luta pela causa homossexual nos Estados Unidos. Desde então, o 28 de junho assinala a celebração do orgulho homossexual ao nível mundial, organizando-se marchas, procissões de velas, festas e espetáculos que promovem a consolidação do movimento LGBT.

²⁹Ao palco foram chamados os dirigentes José Manuel Fernandes, da Ilga-Portugal; António Serzedelo, da Opus Gay; Fábíola Cardoso, do Clube Safo; e Sérgio Vitorino, do Grupo de Trabalho Homossexual.

ficiente para ambas as questões: a esquerda democrática.³⁰ Mas uma análise mais atenta das práticas e dos discursos do movimento LGBT revela que a identificação das estratégias e dos potenciais aliados é uma tarefa mais complexa.

No dia 30 de junho de 2000 realizou-se na sede da Ilga-Portugal um debate sobre as formas de luta do movimento LGBT, reunindo representantes do GTH, do Clube Safo e da própria Ilga. Foi uma ocasião em que os participantes puderam falar sobre os objetivos, estratégias e aliados do movimento. Assim, na ótica das associações presentes, os objetivos e estratégias do movimento prendem-se sobretudo à intervenção junto a escolas e à comunidade médica (divulgação de informação, participação em debates etc.), o combate à homofobia (mandar comunicados à imprensa, cartas do leitor, etc.), a criação de visibilidade (por intermédio de manifestações de rua etc.) e a descentralização do próprio movimento. Quanto aos aliados preferenciais da luta pela emancipação sexual, foram mencionados os grupos de defesa dos direitos humanos, as associações de mulheres e os chamados “*straight friendly*”, entre os quais se incluem alguns jornalistas e estudantes.³¹

O manifesto que o movimento divulgou durante a Marcha 2000 permite antever novos interlocutores do movimento junto à sociedade civil:

E porque somos discriminad@s³², não podemos deixar de lutar pelos direitos humanos, por uma sociedade em que a orientação sexual, a identidade de gênero, a cor de pele, a deficiência, a nacionalidade, as possibilidades econômicas e o sexo não sejam pretexto de exclusão ou violência entra qual-

³⁰A propósito da relação entre movimentos LGBT e a esquerda política, ver Green (2000). Este autor estuda a criação de alianças entre o movimento LGBT brasileiro, por um lado, e os sindicatos e alguns setores da esquerda, por outro, dizendo que esta relação resultou de um longo processo de negociação que se prolongou por mais de duas décadas.

³¹É interessante explorar a possibilidade de uma aliança entre homo e heterossexuais em prol de uma sociedade mais inclusiva para todos. Essa é a intenção das “Gay and Straight Alliances”, grupos de estudantes de escolas públicas norte-americanas organizados, desde 1988, para lutar contra todas as expressões de homofobia (Roxo, 2000: 10).

³²De forma a evitar a utilização de uma linguagem sexualmente discriminatória, é comum, em documentos produzidos pelas associações homossexuais portuguesas, empregar “@” em palavras que, por defeito, assumem a forma masculina. Exemplo: amig@s, em vez de amigos.

quer ser humano. (...) Por um país multicultural e solidário. Queremos a legalização dos imigrantes que vivem e trabalham em Portugal. Queremos leis de asilo mais solidárias. (...) Pelos direitos sociais, no trabalho e na saúde. Queremos o fim da precariedade do trabalho. (...) Contra a violência contra as mulheres, particularmente as mulheres com deficiências. Pelo direito a decidirem sobre o seu corpo.

Entre as diversas associações subscritoras deste manifesto destacam-se a Associação Portuguesa de Deficientes, a Rede Anti-Racista, o SOS-Racismo e a União Geral de Trabalhadores (UGT). Parece, pois, que além de uma aliança de algum modo esperada com o movimento feminista — patente na presença de organizações como o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) ou a União de Mulheres Alternativa e Resposta (Umar) —, o movimento LGBT português soube encontrar pontos comuns de interesse e entendimento com os trabalhadores, as minorias étnicas e os deficientes.

As preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT, pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. É importante considerar que o sistema de opressão — o patriarcado — é comum a ambos, na medida em que impõe modelos estereotipados de homem e de mulher, conferindo a cada um papéis sociais predeterminados em função do gênero.³³ Entre os diversos exemplos de parcerias, cito dois. Durante a Marcha Mundial das Mulheres, em outubro de 2000, as diversas associações de lésbicas promoveram uma participação ativa por parte da comunidade e o documento final assinado por todas as associações envolvidas na organização do evento continha reivindicações específicas para as lésbicas. Mais recentemente, em relação a um programa televisivo intitulado “Mulher não entra”, exibido pelo canal português SIC, o Grupo de Trabalho Homossexual pronunciou-se publicamente, manifestando a sua reprova-

ção a um programa “misógino, machista e sexista”, que reduz as mulheres a “meros objetos do desejo masculino, menosprezando e diminuindo as suas identidades e o seu papel social, cultural e político” (jornal *Público*, 21/04/2001). Esta tomada de posição pública por uma organização LGBT em defesa da dignidade da mulher — independentemente da sua orientação sexual — parece ilustrar claramente as semelhanças que aproximam os movimentos LGBT e feminista.

Uma outra antiga aliança são as organizações de luta contra a Aids, especialmente a Abraço, associação que acolheu muitos dos elementos que mais tarde constituíram a liderança do movimento em Portugal.³⁴ Na verdade, o primeiro presidente da Ilga-Portugal, Gonçalo Diniz, começou trabalhando na Abraço, decidindo, anos depois, fundar aquela que seria a maior associação lésbica portuguesa. Desde 1997 a Ilga organiza anualmente a Marcha em Memória e Solidariedade para com as Vítimas do HIV/Aids.³⁵

Os aliados políticos, assumindo bandeiras nem sempre diretamente ligadas à causa LGBT, estão sobretudo nos partidos de esquerda. Assim, em 1997, a Juventude Socialista propôs um projeto de lei visando a legalizar as uniões de fato dos homossexuais. Este projeto teve o apoio do partido Os Verdes e suscitou a oposição dos partidos de direita, secundados pela Igreja Católica. A partir de 1999, os direitos LGBT foram defendidos com particular veemência pelo então recém-formado Bloco de Esquerda, cujos dirigentes partidários participaram na 1ª Marcha do Orgulho Homossexual, realizada em Lisboa em 2000. Aliás, o Bloco de Esquerda desde o início incluiu na sua agenda política a luta pela não discriminação com base na orientação sexual, preocupação presumivelmente resultante da existência do Grupo de Trabalho Homossexual no seio do Partido Socialista Revolucionário, força política que integra o

³⁴Para um estudo sobre o ativismo em torno da Aids e da orientação sexual em Portugal, ver Santos (2002).

³⁵A propósito da primeira Marcha, realizada a 4 de maio de 1997, Almeida escreveu: “Nunca em Portugal, a não ser em torno da questão do aborto, se tinha conseguido mobilizar gente para uma manifestação de rua em torno da política sexual.(...) Todos sabem que a luta contra a Aids não é nem nunca foi um movimento ‘normal’ de solidariedade com vítimas ou de pedido de fundos para a saúde. Nunca foi só isso. Foi sempre também — e sobretudo aqui — um catalisador, um espaço, uma motivação para a afirmação da cidadania e da política sexual e dos estilos de vida” (Almeida, 1997: 98).

³³A este propósito, Santos (1995b: 233) afirma: “Obviamente, a discriminação sexual não se limita ao espaço doméstico nem é sempre resultado do exercício do poder patriarcal; mas este como que estabelece a matriz a partir da qual outras formas de poder são socialmente legitimadas para produzir discriminação sexual.”

Bloco de Esquerda. Em março de 2001, os partidos de esquerda — especialmente o Partido Comunista Português, Os Verdes, Bloco de Esquerda e Partido Socialista — articularam esforços e aprovaram a já mencionada lei sobre as uniões de fato entre homossexuais.

As relações entre a homossexualidade e a esquerda resultam de uma ideologia comum entre sujeitos que defendem a liberdade e o direito à diferença. Trata-se, no fundo, de uma luta contra todas as formas de opressão e exploração. Como argumenta Vitorino,

fazer política de esquerda é ter a coragem de travar todas as políticas justas, mesmo as mais complicadas, e fazer as rupturas mais difíceis com o que está instituído, ou não lutássemos por uma transformação mais profunda de toda a sociedade injusta em que hoje vivemos. [...] O movimento LGBT é, pois, tão subversivo da ordem atual quanto as idéias de esquerda. A emancipação de tod@s @s oprimid@s, LGBT incluíd@s, é a causa da esquerda (1999: 6).

Esta articulação do movimento LGBT português com outras associações ou movimentos sociais é consistente com as características dos novos movimentos sociais do Sul, particularmente na América Latina, onde a criação de redes entre movimentos é freqüente (Santos, 1995b: 226).

No México, por exemplo, as lutas estudantis de 1968 são identificadas como um elemento precursor da libertação dos cidadãos LGBT no país, dado que o movimento estudantil introduziu pela primeira vez na agenda política reivindicações relacionadas à autonomia sexual em face do governo e da família. Por sua vez, quando o movimento LGBT emergiu no México, em 1978, caracterizou-se pela aliança solidária com outros grupos socialmente oprimidos, especialmente prisioneiros, trabalhadores e camponeses. Tais ligações garantiram a ele, em momento posterior, a simpatia do movimento feminista e dos intelectuais (Mejía, 2000: 49-50).

Também no Brasil, em 1978, as atividades da primeira associação LGBT do país, denominada Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, pautaram-se pela participação ativa em lutas contra o racismo e a misoginia (Green, 2000: 59 e ss.). Mais recentemente, o texto-base publicado para a 10ª Plenária

Nacional da Central Única de Trabalhadores (CUT), de 4 a 7 de dezembro de 2001 em São Paulo, Brasil, incluiu uma tomada de posição por parte da secretaria de políticas sociais desta central sindical, recomendando o fortalecimento de

ações sindicais voltadas para a discussão, formação, organização e mobilização de trabalhadores/trabalhadoras, na perspectiva de sensibilizá-los para a defesa dos direitos dos homossexuais e o respeito pela diversidade de orientação sexual [e o estabelecimento de] parcerias com organizações homossexuais, buscando a unidade de ação (CUT, 2001: 35).

4. EMANCIPAÇÕES ALTERNATIVAS OU GLOBALIZADAS?

O movimento LGBT português, como de resto acontece internacionalmente, constrói-se entre dois pólos diferentes.³⁶ Por um lado, a subcultura gay ou a chamada “indústria rosa”, que implica o consumo de produtos de conteúdo homoerótico produzidos e difundidos graças à globalização dos mercados de procura e oferta. São exemplos disso os locais de diversão noturna, as saunas e a indústria ligada ao turismo.³⁷ Por outro lado, o movimento político, que mobiliza os sujeitos em torno de campanhas pelo fim da discriminação, pela diversidade e pelo direito à diferença e ao corpo, entre outros. Este combate contra a discriminação é freqüentemente travado em articulação com outros grupos socialmente oprimidos. Disso foi exemplo o lançamento do projeto “Escritório contra a discriminação”, em junho de 1999, proposto pela Opus Gay e apoiado, entre outras, pela Associação Portuguesa de Surdos.

Entre um pólo e o outro, as manifestações públicas da comunidade LGBT, em ocasiões como as marchas, os arraiais ou os festivais de cinema,

³⁶Agradeço a Joan Tronto ter chamado a atenção para este duplo aspecto.

³⁷A propósito de uma crescente comercialização das celebrações anuais de orgulho LGBT nos EUA, Fox (2001) diz: “Com o passar dos anos, as celebrações do orgulho no país tornaram-se fortemente comercializadas e passaram de festivais caseiros e populares a eventos profissionalmente organizados, oportunidades de mercado para empresas que visam lucrar com o consumo gay.”

transbordam de símbolos que, embora globalmente comercializados, são indissociáveis de um forte componente de luta e activismo antidiscriminatório.

Ora dissolvido em variados espaços de consumo e lazer, ora envolvido em lutas pelo reconhecimento de direitos, o que resta, afinal, para que possamos com alguma margem de segurança avaliar o potencial emancipatório — ou não — deste movimento em torno da orientação sexual? Na parte final deste capítulo, procuro responder a esta questão de fundo, recorrendo para tal a duas idéias-chave: 1) dentro da própria contra-hegemonia, a emancipação sexual proposta pelo movimento LGBT internacional é alternativa; 2) o movimento LGBT português apresenta especificidades sociohistóricas que o distinguem do movimento LGBT globalizado.

Consideremos, primeiramente, o conceito de emancipação. A idéia de emancipação pressupõe, desde logo, a existência de relações desiguais de poder, uma vez que, se o poder não fosse exercido de uma forma excludente não haveria necessidade de se lutar pela igualdade de oportunidades e direitos, pelo direito à diferença ou pela inclusão. Em outras palavras, a desigualdade e a exclusão criam as condições — de inferiorização e exploração — indispensáveis (embora não suficientes) para a emergência de uma vontade de emancipação. Posto isto, o nosso olhar sobre a emancipação sexual parte do entendimento de que “as relações emancipatórias se desenvolvem, portanto, dentro das relações de poder, não como resultado automático de uma contradição essencial, mas como resultados criados e criativos de contradições criadas e criativas” (Santos, 1995a: 409). Isto quer dizer que, mais do que procurar qualquer essência de emancipação, urge identificar caminhos, sementes, formas diversas e alternativas de emancipar os sujeitos e de os capacitar na luta contra a exclusão. Acima de tudo, é importante perceber que não existe uma, mas muitas formas de dominação e emancipação. Assim como a hegemonia tem muitos rostos, também a resistência se desdobra em múltiplas agências e estruturas. Como argumenta Weeks (1999: 47),

Estas novas histórias sobre o “self”, a sexualidade e o gênero são o contexto para a emergência do cidadão sexual, porque aquilo que estas histórias nos contam acerca da exclusão com base no gênero, sexo, raça ou aparência física tem como corolário a exigência de inclusão: direitos iguais perante a lei, na política, na economia, em questões sexuais.

Os movimentos em torno da orientação sexual podem — como, de resto, freqüentemente o fazem —, aliar-se a outros grupos socialmente discriminados na luta pela libertação racial, política ou sexual.³⁸ Mas, individualmente, cada uma destas lutas tem o seu âmbito específico de opressão e resistência, que permite identificar metas, estratégias, aliados e inimigos. No caso do movimento LGBT, o combate é travado contra a imposição do modelo heterossexual como norma que tem sistematicamente remetido para o silêncio e para a clandestinidade milhares de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais.

Recorrendo ao mapa dos espaços estruturais das sociedades contemporâneas proposto por Santos (2000), constatamos que esta luta se trava em muitas frentes. No espaço doméstico, trata-se de combater a ideologia patriarcal que constrói e alimenta estereótipos historicamente dicotomizados sobre papéis masculinos e femininos, que estão na base da inferiorização da homossexualidade em relação à heterossexualidade. A exigência de reconhecimento das uniões de fato, formulada desde 1997 pelo movimento LGBT português, remete a esta necessidade de democratizar o espaço doméstico, abrindo-o a modelos familiares alternativos.

No espaço da produção, há a necessidade de prevenir as demissões ou a discriminação na carreira profissional em função da orientação sexual; um bom exemplo disso são as conversas, iniciadas em 1999, entre a Plataforma Homossexual (composta por Opus Gay, Ilga-Portugal, Grupo de Mulheres, GTH e Clube Safo) e a Confederação Geral dos Trabalha-

³⁸A propósito da relação entre o movimento LGBT e outros movimentos, Gonçalo Diniz, antigo presidente da Ilga-Portugal, afirmou: “Apoiar o movimento anti-racista, o movimento ecologista e qualquer outro que se compatibilize com os nossos princípios mostrará a coerência da nossa bandeira de não discriminação” (Diniz, 2001).

dores Portugueses — Intersindical Nacional³⁹, a União Geral de Trabalhadores e a Frente Unitária de Trabalhadores, no sentido de garantir proteção ao trabalhador que seja prejudicado em função da sua orientação sexual.⁴⁰

No espaço do mercado, mais do que uma tentativa de exploração da indústria rosa, procuram-se promover espaços de diversão LGBT e, sobretudo, difundir símbolos LGBT, como *pins* de triângulos invertidos ou bandeiras do arco-íris; este é o único espaço no qual a consciência da opressão cede por vezes à tentação do consumo e da cultura de massa. A este respeito, vamos destacar que o consumo de produtos LGBT também pode ser uma forma de conquistar um espaço de visibilidade.⁴¹ Nesse sentido, o desenvolvimento do chamado mercado LGBT pode ser uma outra forma de aprofundar a consciência política da opressão e da discriminação, sem significar necessariamente a alienação em relação a estas questões em prol do consumo. Este é um dos aspectos alternativos da emancipação sexual dentro da luta anti-hegemônica mais ampla.

No espaço da comunidade, trata-se de investir na maximização da identidade e na sua legitimação, contrariando a moral judaico-cristã dominante, resistindo à noção de pecado e culpa e denunciando atitudes homofóbicas por parte do clero, dos políticos e da sociedade civil.

O espaço da cidadania é a arena jurídica por excelência, onde se travam as lutas pela não discriminação e pela proteção legal; este tem sido um espaço privilegiado pelo movimento LGBT português até ao momento, culminando, em março de 2001, na aprovação pelo Parlamento das uniões de fato entre homossexuais.

³⁹Em 2000, na marcha organizada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — CGTP para as comemorações do 1º de Maio, o GTH participou com bandeiras e faixas pelo fim da discriminação profissional de trabalhadores LGBT.

⁴⁰Importante destacar que este diálogo está em fase experimental, não sendo até ao momento visíveis quaisquer alterações concretas na agenda destas confederações sindicais. Tal ausência tem sido frequentemente denunciada pelo movimento LGBT em Portugal (Vitorino, 2001). Como diz Santos, “a denúncia de novas formas de opressão implica a denúncia das teorias e dos movimentos emancipatórios que as passaram em claro, que as negligenciaram, quando não pactuaram mesmo com elas. Implica, pois, a crítica do marxismo e do movimento operário tradicional” (1995b: 222).

⁴¹Para uma análise crítica deste tema, ver Bell e Binnie, 2000.

Por fim, o espaço mundial, onde se valoriza a forma epistemológica da cultura global, da agenda dos direitos humanos e dos modelos globalizados da homossexualidade, cujos padrões e estratégias são definidos tácita ou explicitamente por organizações LGBT internacionais (Ilga-Europa, Ilga-Mundo, International Gay and Lesbian Human Rights Commission etc.).

Neste processo global de luta pela emancipação sexual, os principais aliados foram, historicamente, o movimento feminista e o movimento negro: o primeiro por ser o mais antigo e mais bem organizado movimento social de luta contra a opressão sexual, e o segundo porque agrega um coletivo de pessoas sempre privadas do acesso aos direitos mais elementares em democracia. Nas palavras de Hugo (1998), um ativista do GTH, o racismo e a homofobia são duas faces da mesma moeda:

Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais continuam a ser segregad@s por questionarem o modelo burguês da família, necessário à sobrevivência do capitalismo para a reprodução da força de trabalho; as minorias étnicas continuam a ser exploradas como mão-de-obra barata e sem direitos por essa mesma burguesia. No fundo, somos tod@s excluíd@s e com adversários comuns: o Estado, que não reconhece os nossos direitos, a extrema direita, que tanto prega contra as minorias étnicas quanto contra @s homossexuais...

Apesar do trabalho conjunto dos três movimentos — LGBT, feminista e minorias étnicas —, a participação de gays e lésbicas no seio de organizações feministas ou anti-racistas nem sempre foi pacífica. Na verdade, muitas lésbicas portuguesas acusam o movimento feminista de utilizá-las como meio de engrossar as fileiras na luta contra a discriminação no trabalho ou pelo direito ao aborto, colocando de lado outras reivindicações mais diretamente relacionadas com a condição lésbica (GM, 1999: 7). Nas associações lesbigays portuguesas há também a percepção de que existe muita homofobia por parte das minorias étnicas, da mesma forma que admitem a possibilidade de haver racismo dentro da comunidade LGBT (Hugo, 1998: 6). Todavia, se compararmos a relação do movimento LGBT com feministas, por um lado, e minorias étnicas, por outro, parece ser mais forte a aproximação entre a luta

homossexual e a luta anti-racista, comprovada, por exemplo, pela constante presença da Associação SOS-Racismo em todas as edições do “Arraial Gay” realizadas no país.⁴² Contudo, iniciativas recentes por parte de organizações de mulheres, das quais a Marcha Mundial de Mulheres é um bom exemplo, representaram um salto qualitativo na defesa de um conjunto de reivindicações partilhadas por feministas e lésbicas portuguesas. Também a participação de representantes feministas em debates organizados pelas associações lesbígays tem aumentado,⁴³ bem como a organização conjunta de painéis de discussão sobre corpo e gênero.⁴⁴

Regressando à primeira idéia-chave deste capítulo — a de que, dentro da própria contra-hegemonia, a emancipação sexual proposta pelo movimento LGBT internacional é alternativa — verificamos que essa diferença reside sobretudo no aproveitamento de alguns instrumentos fornecidos pela globalização hegemônica (especialmente a imprensa e a Internet) e na maximização da indústria e do comércio “rosa” como meio de elementar a visibilidade de um movimento minoritário. Esta tem sido uma estratégia adotada principalmente pelos movimentos LGBT nos chamados países centrais, como o Reino Unido ou os EUA.

A segunda idéia-chave prefere-se às idiosincrasias do movimento LGBT português. Se considerarmos que Portugal viveu submerso em um regime ditatorial durante quase meio século, em que até a importação de produtos de consumo como a Coca-Cola era proibida, facilmente se depreende que o movimento LGBT no país — manifestando-se publicamente apenas na

⁴²Esta presença deve-se parcialmente ao fato de o SOS-Racismo ser uma organização fortemente ligada às estruturas físicas e aos recursos humanos do Partido Socialista Revolucionário, no seio do qual existe o Grupo de Trabalho Homossexual desde 1991.

⁴³A 5 de maio de 2001, Madalena Barbosa participou de um debate organizado pelo Grupo de Mulheres da Ilga-Portugal, em torno da temática “Mútuas discriminações? Movimentos Feministas/ Movimentos Lésbicos”. A 13 de maio de 2001, Helena Pinto, representando a UMAR, apresentou uma comunicação no Encontro Internacional LGBT, organizado pelo GTH.

⁴⁴A Associação Ilga-Portugal participou, a 24 de março de 2000, na Cimeira Alternativa, em Lisboa. O encontro contou com vários painéis, um dos quais dedicado ao tema “A discriminação: o corpo e os sexos” que foi organizado pela Associação Ilga-Portugal juntamente com a Umar (União de Mulheres Alternativa e Resposta), o MDM (Movimento Democrático de Mulheres), a Opus Gay e a APD (Associação Portuguesa de Deficientes).

década de 90 — não é marcado pela existência de uma ampla oferta de produtos de consumo homoerótico, destinada a um mercado desenvolvido. Na verdade, o mercado rosa português, além de extremamente recente, é limitado a alguns espaços de diversão (bares, discotecas e saunas), uma livraria, um hotel, uma agência de viagens e alguns serviços oferecidos pelas associações. Além das circunstâncias impostas pelo nosso passado político recente, o próprio movimento LGBT português é fortemente influenciado pela mais antiga associação homossexual existente no país, o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), do Partido Socialista Revolucionário. Operando desde 1991, o GTH postula uma ideologia de libertação tradicionalmente associada à esquerda, defendendo a igualdade racial, sexual e de gênero, o que se traduz em todas as suas intervenções públicas (protestos, marchas, entrevistas à imprensa etc.). Em entrevista concedida em 1999, Sérgio Vitorino, presidente do GTH, afirmava, a propósito da existência de organizações homossexuais de direita:

Eu acho que esses movimentos de direita estão enganados, são contraditórios, porque um movimento homossexual de direita nasce contra o movimento homossexual, na minha opinião, porque defende idéias que impedem que nos libertemos. Podem estar perfeitamente de acordo conosco contra uma série de discriminações legais, mas já não estarão de acordo conosco quando se trata de atenuar as diferenças entre gêneros, entre masculino e feminino, a desigualdade social entre homens e mulheres, hum, quando falamos de liberdade sexual, quando exigimos educação sexual nas escolas... (Santos e Fontes, 1999).

Como defende Roberts, “a identidade gay implica ter os direitos legais, civis e humanos para se poder viver abertamente a homossexualidade, usufruindo dos mesmos direitos de associação e relacionamento que outros homens e mulheres” (1995: 250). Em outras palavras, o direito a escolher e expressar uma orientação sexual pressupõe a conquista de outros direitos e liberdades que, por sua vez, conduzem a novos direitos e liberdades.

O desenvolvimento histórico do movimento LGBT permite perceber que, embora tenha começado como luta de um grupo minoritário, acabou se trans-

formando na expressão máxima da reivindicação do direito ao corpo e à auto-determinação sexual. Mais do que obter um determinado conjunto de direitos e garantias contra a discriminação com base na orientação sexual, o movimento LGBT português têm sido freqüentemente um aliado preferencial das campanhas pela liberalização do aborto⁴⁵ e das lutas pela introdução da educação sexual nas escolas, contra a violência doméstica e pela igualdade de gênero, entre outras. Tais alianças revelam o lado mais emancipatório desta luta, uma vez que o espectro das reivindicações abrange tanto feministas quanto grupos de luta contra o racismo. Neste sentido, pode-se afirmar que a causa LGBT busca ativamente aumentar o potencial humano, libertando-o do preconceito e da opressão que o reduz a um modelo homogêneo e redutor. Trata-se, em suma, de uma luta pela diversidade e, por isso, torna-se mais eficaz quando é levada a cabo por diversos grupos em idênticas circunstâncias de opressão e exploração em função de gênero, raça, etnia, classe, *status* ou orientação sexual. Nas palavras de Serzedelo (2001), presidente da Opus Gay, “a luta que travamos é uma luta democrática, é uma luta cívica, é uma luta moral e é uma luta libertadora: libertadora para os homossexuais e para os heterossexuais, porque onde há oprimidos, há opressores”. A emancipação sexual funciona, pois, como uma ponte para outras formas de expansão de direitos e liberdades, capacitando os indivíduos a defenderem o direito à diferença sem que esta equivalha à sua inferiorização. Como argumenta D’Emilio, os homossexuais estão em posição de desempenhar um importante papel a este respeito:

Excluídos, a maior parte de nós, da unidade familiar, tivemos de criar, para a nossa própria sobrevivência, redes de apoio independentes dos laços de sangue ou dos incentivos de Estado, escolhidas e mantidas voluntariamente. A construção de uma “comunidade de afeto” deve ser parte integrante do nosso movimento político, como o são as campanhas pelos direitos civis. Neste sentido, podemos personificar os modelos de relações interpessoais em uma

⁴⁵Em maio de 1998, escrevendo no boletim *Zona Livre*, do Clube Safo, Fábica afirmava: “Sou lésbica, no entanto a questão do aborto diz respeito a mim diretamente. Porque sou mulher e espero ver raiar o dia em que as mulheres retomem alguns dos direitos perdidos pelas suas ancestrais, em um momento escuro da história” (*Zona Livre*, 5).

sociedade baseada na igualdade e justiça, em vez de na exploração e na opressão, uma sociedade em que a autonomia e a segurança não se excluam, mas coexistam (1996: 270).

A necessidade de trabalhar em colaboração com outros grupos explorados e oprimidos, denunciando injustiças e desigualdades, é, de resto, a meta de muitas das organizações LGBT em nível internacional. Em 1995, a propósito da votação da Proposição 187 que defendia que fossem negados cuidados de saúde, educação e assistência social aos imigrantes ilegais nos Estados Unidos, a National Gay and Lesbian Taskforce tornou pública a sua posição:

As recentes campanhas contra os direitos dos homossexuais e dos imigrantes colocam uma questão crítica para o país: irá a nossa democracia expandir-se e estender direitos a uma população cada vez mais diversa ou, pelo contrário, irá se contrair, limitando a concessão de direitos a um grupo restrito? As comunidades homo, bi e transexual devem trabalhar em aliança com as comunidades de imigrantes, de cor e outras denunciando a agenda política da direita — uma agenda que atenta contra direitos civis, humanos, trabalhistas, econômicos e reprodutivos básicos. Temos de construir uma frente unida sólida contra a intolerância, para lutar por uma democracia mais inclusiva para todos (Timoner, 1995).

A luta conjunta contra a opressão que discrimina em função do sexo, da etnia ou da orientação sexual é apenas um dos fatores que aproximam as associações LGBT nacionais de outras organizações internacionais. O trabalho desenvolvido coletivamente por associações LGBT portuguesas e ONGs internacionais verifica-se, por exemplo, no caso da Anistia Internacional. Além de esta ONG ter participado da Marcha do Orgulho Homossexual de 2001, foi criado, em julho daquele ano, um grupo de trabalho LGBT na seção portuguesa da Anistia Internacional, como acontece em outros países.

No que diz respeito ao trabalho conjunto entre organizações internacionais LGBT e associações LGBT portuguesas, registram-se contatos

sobretudo na Europa. De 4 a 8 de outubro de 2000, estiveram presentes na Conferência da Ilga-Europa organizada em Bucareste, na Romênia, representantes das associações portuguesas Ilga-Portugal e Opus Gay. Nessa mesma ocasião ficou agendada a Conferência da Ilga-Europa de 2002, tendo Portugal como país anfitrião. Branco (2000) congratulou-se pela participação de portugueses em *fora* internacionais de discussão, enfatizando a importância do enquadramento europeu como fonte de poder junto ao governo português:

Revela-se importante que as associações portuguesas, em coordenação com a Ilga-Europa e outras organizações, possam junto ao Estado português constituir grupos de pressão para que possamos ter de uma vez por todas a igualdade material, isto é, que todos nós possamos nos beneficiar dos mesmos direitos sem qualquer tipo de discriminação, para que assim tenhamos uma Comunidade de Pessoas, uma verdadeira Comunidade Social.

Em março de 2000, Kurt Krickler, presidente da Ilga-Europa, esteve em Portugal e, em entrevista à revista *Korpus*, referiu-se à importância da relação entre associações LGBT nacionais e internacionais. Segundo Krickler, o sucesso das reivindicações LGBT junto dos organismos europeus

depende da força das organizações nos próprios países, porque quem decide em Bruxelas ainda são os governos dos países-membros da União Européia. Se não houver força das várias organizações nos próprios países, não vão conseguir nada em Bruxelas. O sucesso da Ilga-Europa depende do sucesso das congêneres nacionais (Sousa e Mailänder, 2000).

As páginas das diversas associações LGBT nacionais na Internet são outro mecanismo de difusão das atividades desenvolvidas pelo movimento LGBT em outros países ou junto a organizações internacionais como as Nações Unidas, a União Européia ou o Parlamento Europeu.⁴⁶ Tais informações também estão disponíveis no boletim eletrônico mensal da Ilga-Europa *Euroletter*,

⁴⁶Os sites da ILGA-Portugal, da Opus Gay e do Clube Safo são, respectivamente, <http://www.ilga-portugal.org/>, <http://www.opusgayassociation.com/>, e <http://www.clubesafo.com>

no qual têm sido publicadas notícias sobre a evolução da situação jurídica de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros em Portugal.⁴⁷

5. CONCLUSÃO

Os grupos e associações que constituem o movimento LGBT em Portugal regem-se por metas idênticas: o reconhecimento dos direitos de cidadania das pessoas LGBT e a proteção efetiva contra todas as formas de exclusão. É também por esta razão que considero claramente contra-hegemônico o combate travado pelo movimento LGBT, uma vez que entendo a exclusão como um processo arbitrário, fruto da hegemonização de um discurso de verdade, que credibiliza o “nós” pela diabolização do “outro” (Santos, 1999). Mas além desta razão, muitas outras podem ser invocadas para reforçar o caráter contra-hegemônico do movimento LGBT, a mais óbvia das quais é o fato de afirmar uma orientação sexual que não é nem majoritária nem defendida pelos poderes religiosos, sociais e políticos dominantes.

Como se procurou desmonstrar, as estratégias adotadas pelo movimento LGBT nos contextos internacional e nacional constituem alternativas dentro da própria corrente contra-hegemônica. De fato, no processo de luta pela emancipação sexual, o movimento LGBT soube utilizar os recursos oferecidos pela globalização para difundir os seus ideais, símbolos e produtos.

Contudo, e embora a cultura LGBT pareça se beneficiar das condições criadas pelo sistema capitalista, as políticas sexuais travam-se no âmbito de uma globalização que parte “de baixo para cima”. Formulado de outra forma, o trabalho realizado pelas associações LGBT nacionais caracteriza-se pelo estabelecimento de

coligações transnacionais de grupos sociais vitimizados pelos sistemas de desigualdade e de exclusão, estabelecendo redes entre associações locais,

⁴⁷O *Euroletter* está disponível em <http://www.steff.suite.dk/eurolet.htm>.

nacionais e transnacionais como meio mais eficaz de luta pelos seus interesses igualitários e identitários contra a lógica da globalização capitalista (Santos, 1999: 59).

Para que o movimento LGBT português assuma uma atitude político-ideológica de ruptura em face da hegemonia heterossexual, constituindo uma alternativa de emancipação sexual, identifico um conjunto de medidas centrais, algumas das quais já constam da agenda LGBT nacional: criação, desenvolvimento e solidificação de redes com outras ONGs e movimentos sociais; preparação de material para ações de formação para a igualdade junto ao setor bancário e imobiliário, profissionais de jornalismo, juristas, etc.; organização de ações de sensibilização e campanhas de informação social; defesa ativa de temas como a educação sexual nas escolas, o direito ao aborto ou o fim da violência doméstica; denúncia pública de situações de discriminação em função da orientação sexual; descentralização das ações, de modo a combater o isolamento dos cidadãos LGBT nas áreas rurais do país; realização de estudos de avaliação sobre a utilização e aplicação da lei das uniões de fato LGBT, bem como o seu impacto social.

Como se pode inferir, a agenda LGBT para as próximas décadas tem necessariamente de superar os limites das reivindicações meramente legais, uma vez que a homofobia e a discriminação não são eliminadas por decreto.

Pelas razões apresentadas, conclui-se que, embora o movimento LGBT globalizado utilize frequentemente os instrumentos capitalistas da indústria e do mercado para obter maior visibilidade social, Portugal é palco de um movimento LGBT emancipatório e contra-hegemônico que, pelos diversos motivos expostos, não se aliou à lógica expansionista e predatória do mercado gay global. Pelo contrário, a agenda do movimento LGBT português inclui reivindicações que traduzem necessidades de libertação e autodeterminação transversais a toda a sociedade, permitindo a criação de pontes entre associações e movimentos muito diversos. Neste sentido, as associações LGBT portuguesas têm-se pautado por um discurso ativamente defensor dos direitos humanos, que se traduz na prática na luta por um sistema social que va-

lorize a diversidade, no qual a diferença não implique a exclusão e em que a participação cívica de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, minorias étnicas e mulheres — os setores da população que mais têm sofrido discriminação ao longo dos tempos — seja considerada um fator de enriquecimento social, político e cultural.

Bibliografia

- Anistia Internacional (1997), *Breaking the Silence. Human Rights Violations Based on Sexual Orientation*. Londres: Amnesty International.
- Almeida, Miguel Vale de (1997), "Pontapés na bola precisam-se", revista *Visão*, 22/05/1997, 98.
- Bell, David; Binnie, Jon (2000), "The Love that Dans not Forget It's Brand Name", *The Sexual Citizen. Queen Politics and Beyond*. Cambridge: Polity Press, 97-107.
- Boas, Manuel Vilas (1998), "Votar 'Sim' no referendo não dá excomunhão", revista *Visão*, 18/06/1998, 30-33.
- Branco, Luís (2000), "A União Européia social e a orientação sexual", revista *Korpus*, 11, 21.
- Central Única de Trabalhadores — CUT (1997), 6º CONCUR: *Resoluções e Registros*. São Paulo: Coordenação Nacional do 6º CONCUR.
- . (2001), 10ª CUT *Plenária Nacional. Texto Base*. São Paulo: Coordenação Nacional da CUT.
- D'Emilio, John (1996), "Capitalism and Gay Identity", Donald Morton (org.), *The Material Queer. A LesBiGay Cultural Studies Reader*. Oxford: Westview Press, 263-271.
- Diniz, Gonçalo (2001), "Um movimento aberto", *Boletim Sem Medos!*, 9, 19.
- Ferreira, Virgínia (1981), "Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, 47-86.
- Foucault, Michel (1994), *A história da sexualidade — A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Fox, Christopher (2001), "We're Here, We're Queer, We Drink Coors Beer", *The Rocky Mountain Bullhorn Online*, <http://www.rockymountainbullhorn.com/PrideFest.html>. Acessada em junho de 2001.
- França, Luís (org.) (1993) *Portugal, valores europeus, identidade cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Green, James N. (2000), "Desire and Militancy: Lesbians, Gays and the Brazilian Workers Party", P. Drucker (org.), *Different Rainbows*. Londres: Gay Men's Press, 57-70.

- Greenberg, David; Bystryn, Marcia H. (1996), "Capitalism, Bureaucracy, homosexuality", S. Seidman (org.) *Queer Theory/Sociology*. Oxford: Blackwell, 83-110
- Grupo de Mulheres — GM (1999), "Feminismo e lesbianismo em Portugal: Uma luta à Parte?", *Sem Medos!*, 4, 7.
- Grupo de Trabalho Homossexual — GTH (1991), *Manifesto de fundação do Grupo de Trabalho Homossexual do Partido Socialista Revolucionário*. Lisboa: GTH/PSR.
- Hawkes, Gail (1996), *A Sociology of Sex and Sexuality*. Buckingham: Open University Press.
- Hugo (1998), "As moedas têm duas faces", *Sem Medos!*, 2, 6.
- Joaquim, Teresa (1998), "Social Citizenship and Motherhood", V. Ferreira, T. Tavares e S. Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta, 77-84.
- Los Angeles Research Group — LARG (1996), "Material Oppression", Donald Morton (org.), *The Material Queer. A LesBiGay Cultural Studies Reader*. Oxford: Westview Press, 349-351.
- Mejía, Max (2000), "Mexican Pink", P. Drucker (org.), *Different Rainbows*. Londres: Gay Men's Press, 43-56.
- Moreira, Vital (1998), "Lições do primeiro referendo", jornal *Público*, 30/06/1998, 10.
- Mott, Luiz (1987), "Inquisição e homossexualidade", *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Universitária Editora.
- Müller, Ursula (1998), "The Micropolitics of Gender Difference in Family Life", V. Ferreira, T. Tavares e S. Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta, 329-344.
- não te privas — Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais (2002), *Manifesto* (mimeo). Disponível, se pedido pelo e-mail naoteprivas@yahoo.com.
- Osório, Conceição (2002), "Poder político e protagonismo feminino", Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Vol. 1, Coleção *Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Record, 419-449. A edição eletrônica deste texto pode ser consultada em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa>.
- Pais, José Machado (org.) (1998), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude.
- Praça, Alexandre (1998), "Cónego Melo Apelo ao Voto", jornal *Público*, 29/06/1998, 8.
- QUEERS (2000), E-mail enviado à autora em agosto de 2000.
- Quiroga, José (1997), "Homosexualities in the Tropic of Revolution", D. Balderston e D. J. Guy (orgs.), *Sex and Sexuality in Latin America*. Nova York: New York University Press, 133-151.
- Rich, Adrienne (1993), "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", Henry Abelove et al. (orgs.), *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Londres: Routledge, 227-254.

- Richards, Jeffrey (1990), *Sexo, desvio e danação. As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Roberts, Matthew W. (1995), "Emergence of Gay Identity and Gay Social Movements in Developing Countries: The AIDS Crisis as Catalyst", *Alternatives*, 20, 243-264.
- Rodrigues, Eugénia (1995), "Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal", *Oficina do CES*, 60.
- Rodrigues, Luís Paulo (1994), "União de Fato são Marginais", *Expresso*, 26/07/1994, 19.
- Rodrigues, Raquel (2000), "Numa Europa social os trabalhadores não são só trabalhadores", Comunicação apresentada na *Cimeira Alternativa*, Lisboa, 24/03/2000.
- Rodriguez, Eugeni (2000), "A peseta rosa", *Sem Medos!*, 6, 8-9.
- Rosebloom, Rachel (1996), *Unspoken Rules*. Londres: Cassell.
- Roxo, João (2000), "Alianças gay-hetero contra a homofobia", *Sem Medos!*, 6, 10.
- Santos, Ana Cristina; Fontes, Fernando (1999), *Descobrimo o arco-íris: Identidades homossexuais em Portugal*. Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Santos, Ana Cristina (2002) "Sexualidades politizadas: o activismo nas áreas da sida e da homossexualidade em Portugal", *Cadernos de Saúde Pública*. Ministério da Saúde, Brasil, vol. 18, n. 3 (mai-jun. 2002), 595-611.
- Santos, Boaventura de Sousa (1992), *O estado e a sociedade em Portugal (1974 — 1988)*. Porto: Afrontamento.
- . (1995a), *Towards a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Londres: Routledge.
- . (1995b), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- . (1999), "A construção multicultural da igualdade e da diferença", *Oficina do CES*, 135.
- . (2000), *A crítica da razão indolente*. Porto: Afrontamento.
- . (2001), *A cor do tempo quando foge*. Porto: Afrontamento.
- Seidman, Steven (1997), *Difference Troubles. Queering Social Theory and Sexual Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Serzedelo, António; Cunha, João Martins (2001), "Direitos humanos e cidadania", <http://www.opusgayassociation.com>. Acessada em abril de 2001.
- Sousa, Isidro; Mailänder, Marcus (2000), "Entrevista com o presidente da Ilga-Europa", revista *Korpus*, 11, 20-22.
- Stein, Arlene; Plummer, Ken (1996), "'I Can't Even Think Straight': 'Queer' Theory and the Missing Sexual Revolution in Sociology", S. Seidman (org.) *Queer Theory/ Sociology*. Oxford: Blackwell. 129-144.
- Tatchell, Peter (2001), comunicação apresentada no *Encontro Internacional Lutar Amado, Amar Lutando*. Lisboa: GTH, 12-13/05/2001.

- Timoner, Rachel (1995), "The Costs of Scapegoating: Anti-Immigrant Backlash", *Tomada de Posição da National Gay and Lesbian Taskforce*, <http://www.nglft.org/library/archive.cfm>. Acessada em novembro de 1999.
- Uprimny, Rodrigo; Villegas, Mauricio García (2002), "Tribunal constitucional e emancipação social na Colômbia", Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Vol. 1, Coleção *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Record, 297-339. A edição eletrônica deste texto pode ser consultada em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa>.
- Vitorino, Sérgio (1999), "A homossexualidade e a esquerda — Que esquerda?", *Sem Medos!*, 4.
- . (2000), Participação no debate *Formas de Luta do Movimento LGBT*. Lisboa: ILGA-Portugal.
- . (2001), Boletim *Sem Medos!*, 9.
- Weeks, Jeffrey (1999), "The Sexual Citizen", M. Featherstone (org.), *Love and Eroticism*. London: Sage, 35-52.